



CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS, 2002-2018

Alguns apontamentos

Darcy Francisco Carvalho dos Santos
darcyfcs@terra.com.br

Sumário

1. Introdução	2
2. Comportamento das principais variáveis financeiras	2
2.1. Receita corrente líquida - RCL	3
2.2. Indicadores financeiros em % da RCL	4
a) Margem para investir e investimentos	4
b) Serviço da dívida e resultado primário	5
c) Despesa com pessoal mais ODC	9
c.1.) Despesa com previdência	11
d) Resultado orçamentário e receitas de capital	12
3. Estado de Goiás no “ranking” nacional	16
Conclusão	17
Referências Bibliográficas	18
ANEXO DE TABELAS	19

1. Introdução

Inicialmente, cabe destacar que até 2009 a fonte de dados adotada para esta análise foi o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados, da STN, que com o passar dos anos, deixou muito a desejar, por conter duplas contagens em despesa de pessoal e registros em outras despesas correntes (ODC) do que seria despesa de pessoal. Por isso, damos mais ênfase à análise da soma pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira). Também deixou de constar o passivo financeiro e não financeiro, o que impediu de fazer uma análise que envolvesse esses indicadores.

Diante dessa dificuldade, a partir de 2010, passamos a coletar os dados junto aos *sites* dos próprios estados, nos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, especialmente o “Resultado Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

A inexistência de dados do patrimônio financeiro impede de calcular o resultado financeiro tal qual calculou a Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (ativo financeiro menos passivo financeiro).

Os critérios adotados pela Fipe são diferentes daqueles adotados por nós, porque ela desconsidera as transferências recebidas e as efetuadas, embora elas contenham valores semelhantes. Com os valores da Fipe estão a preços de 2010 e os nossos de 2018, deve ser considerada uma diferença de 70%. Fazendo-se esse ajuste no resultado orçamentário, com exceção dos exercícios 2002 e 2004, os dados dos demais são semelhantes.

Quanto ao trabalho da FIPE, diga-se de passagem, trata-se de um excelente texto, completo, muito bem embasado, digno de elogio.

2. Comportamento das principais variáveis financeiras

Nesta parte é feita uma análise da evolução das principais variáveis financeiras em proporção da receita corrente líquida – RCL.

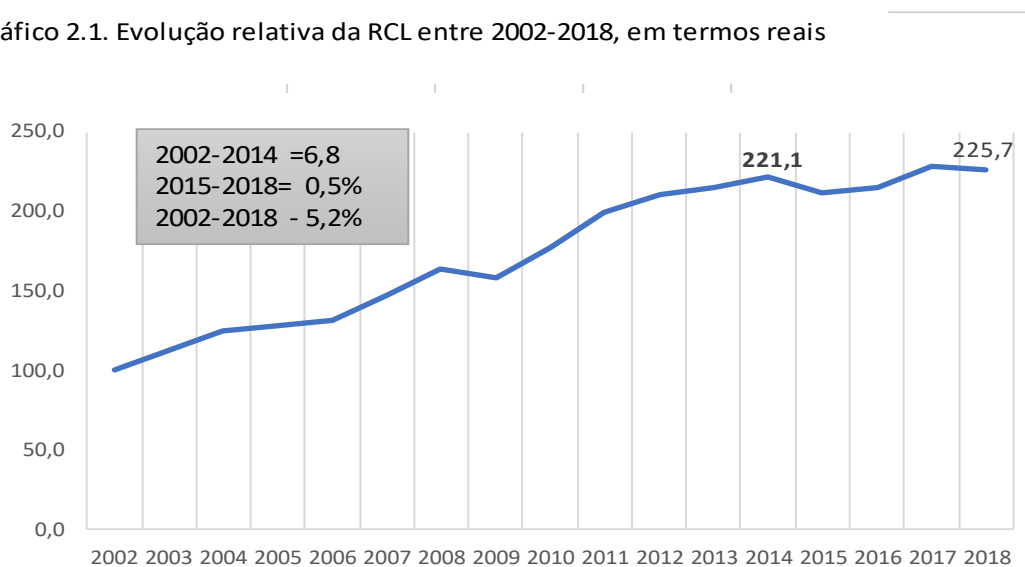
A RCL considerada não é aquela da lei de responsabilidade fiscal - LRF que, diante das diversas exclusões da própria lei e das interpretações posteriores, deixou de ser um parâmetro adequado para comparações. Por isso, adotamos a RCL gerencial, constituída da receita corrente, menos as transferências aos municípios, incluindo o Fundeb. Dito de outra forma, a RCL considerada é a parcela da receita corrente que, efetivamente, fica com os estados. Por isso, começamos a análise da evolução da própria RCL.

Adotamos a RCL da LRF apenas para medir o endividamento, na relação DCL/RCL. Os dados financeiros em seus valores absolutos estão geralmente atualizados pelo IPCA pela sua variação média anual.

2.1. Receita corrente líquida - RCL

A RCL do Estado de Goiás no período 2002 a 2018 cresceu a uma taxa real média anual de 5,2%. O grande crescimento se verificou no período 2002-2014, quando a receita cresceu 121%, numa taxa média de 6,8%. A partir de 2015, em decorrência da crise econômica, o crescimento anual foi de apenas 0,5%, conforme podemos observar no gráfico 2.1.

Gráfico 2.1. Evolução relativa da RCL entre 2002-2018, em termos reais

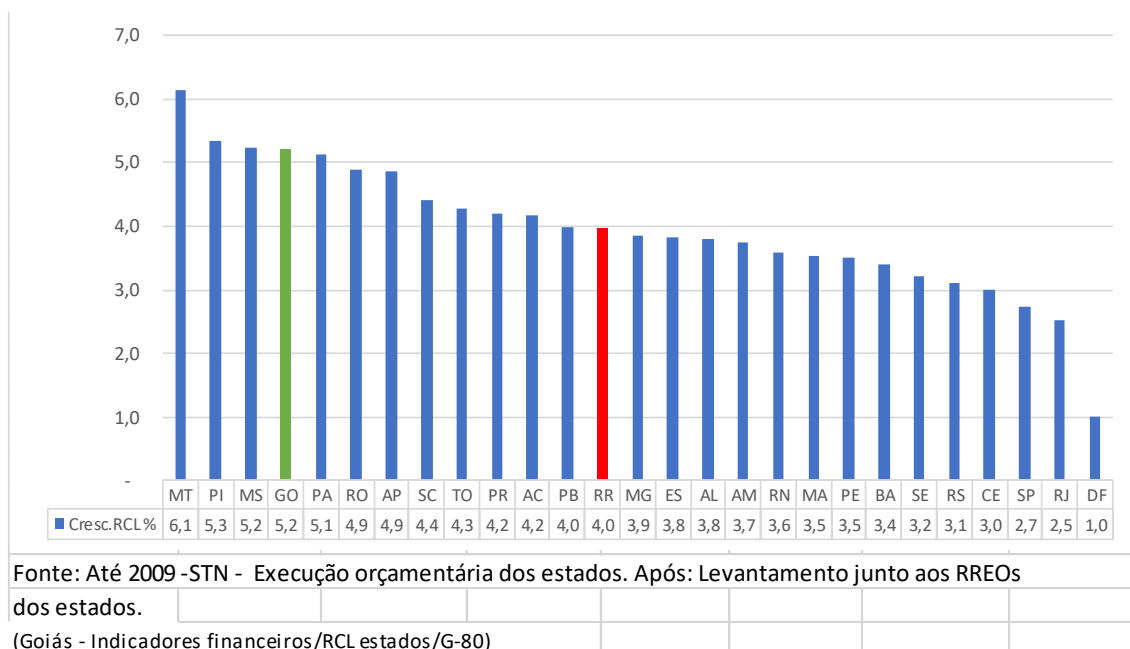


Fonte: Até 2009 - STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.
(Goiás - Indicadores financeiros/RCL estados/H-113)

Já o gráfico 2.2 estabelece uma comparação entre o crescimento da RCL dos estados, em que o Estado de Goiás, com 5,2%, ocupou a quarta colocação,

ficando abaixo somente de MT (6,1%), PI (5,3%) e MS (5,2), este último tendo ficado 4 centésimos acima. A mediana dos estados, ocupada por RR, foi de 4%, ficando RJ (2,5%) em penúltimo e DF (1%), em último.

Gráfico 2.2. Taxa de crescimento real anual da RCL dos estados, 2002-2018, em ordem decrescente



2.2. Indicadores financeiros em % da RCL

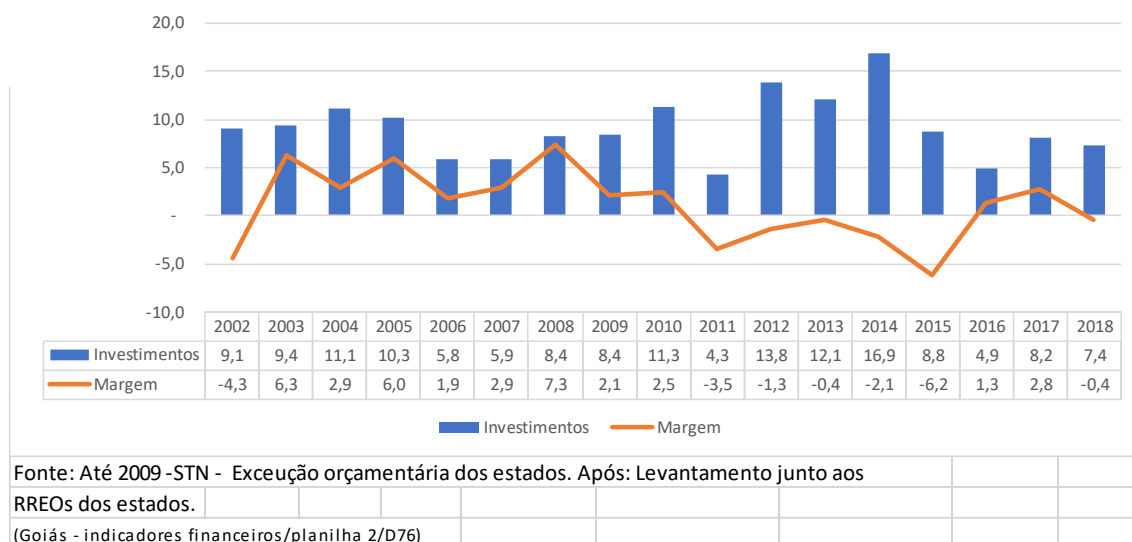
A tabela 2.1 apresenta os principais agregados de despesa como proporção da RCL, os quais estão analisados de modo particular nos gráficos e tabelas seguintes.

a) Margem para investir e investimentos

A margem para investir, a poupança do governo, é a diferença entre a receita corrente líquida e a despesa total, exceto os investimentos. Nos 17 anos do período considerado, em **sete deles ela foi negativa**, o que significa que o Estado de Goiás foi deficitário, mesmo com zero de investimentos. **Ela foi menor que os investimentos em todo os anos**, que indica que grande parte dos investimentos foram feitos com recursos de terceiros, como pode se observar na tabela 2.1, onde está demonstrado a participação das **receitas de capital**, cuja predominância são os financiamentos obtidos.

Deve ser destacado, no entanto, que entre 2003 e 2008, houve uma boa margem para investir, embora inferior aos investimentos. A partir de 2009, praticamente em todos os anos ela foi negativa.

Gráfico 2.3 - Estado de Goiás - Margem para investir e investimentos, 2002-2018, em % da RCL



Esses financiamentos devem ter contribuído para o alto valor despendido com serviço da dívida que, entre 2011 e 2016, superou 16% da RCL, tendo sido superior a 12% em todo o período em análise (tabela 2.1).

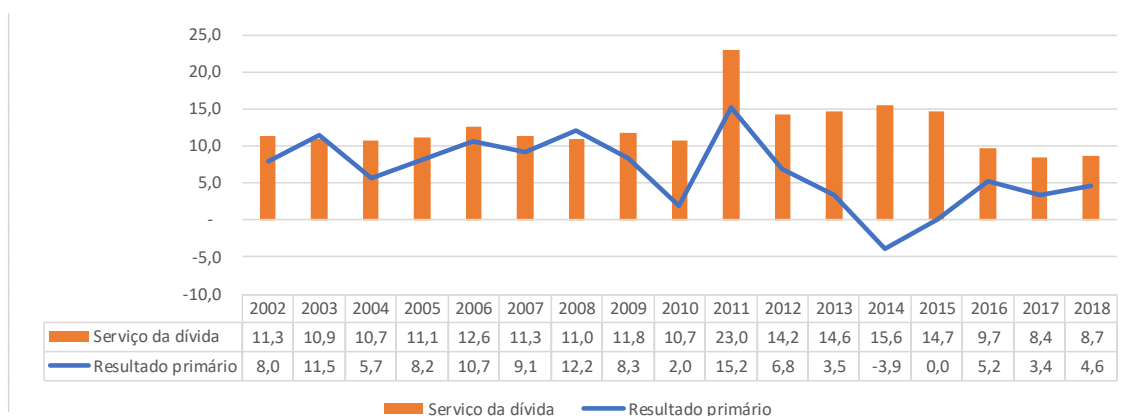
A margem para investir que foi menor que os investimentos em todo o período, entrou em grande declínio a partir de 2009, conforme se observa no gráfico 2.3. Tudo isso ocorreu a despeito do grande crescimento da RCL, que só perdeu o ritmo de crescimento a partir de 2013, mas que não impediu que o Estado de Goiás ficasse em quarto lugar no País em crescimento nesse particular.

b) Serviço da dívida e resultado primário

O resultado primário é destinado ao pagamento do serviço da dívida, mas em todos os anos do período em causa ele foi menor que este último. Num exercício, o de 2004, ele foi negativo em 3,9% da RCL. Em todo o período, o superávit primário médio foi de 6,9% da RCL, enquanto o serviço da dívida foi de 13,2% do mesmo indicador, praticamente o dobro.

A **queda do valor do serviço da dívida** no último triênio decorreu do novo acordo da dívida dos estados com o Governo Federal, com base nas leis complementares n°s 148 e 153/2015, que, além de prorrogar o prazo por mais 20 anos, entre outras condições, concedeu 100% de desconto nas prestações por seis meses em 2016, desconto esse que passou a ser crescente, na razão de 1/18 em cada mês até junho de 2018

Gráfico 2.4. Estado de Goiás - Serviço da dívida e resultado primário, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 - STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(Goiás - indicadores financeiros/planiha 2/D84)

Deve ser considerado que até 2008, o resultado primário cobria quase todo o valor do serviço da dívida. A situação inverteu-se a partir de 2009, com uma leve recuperação entre 2016 e 2018, mas ainda permanecendo muito abaixo do desejado.

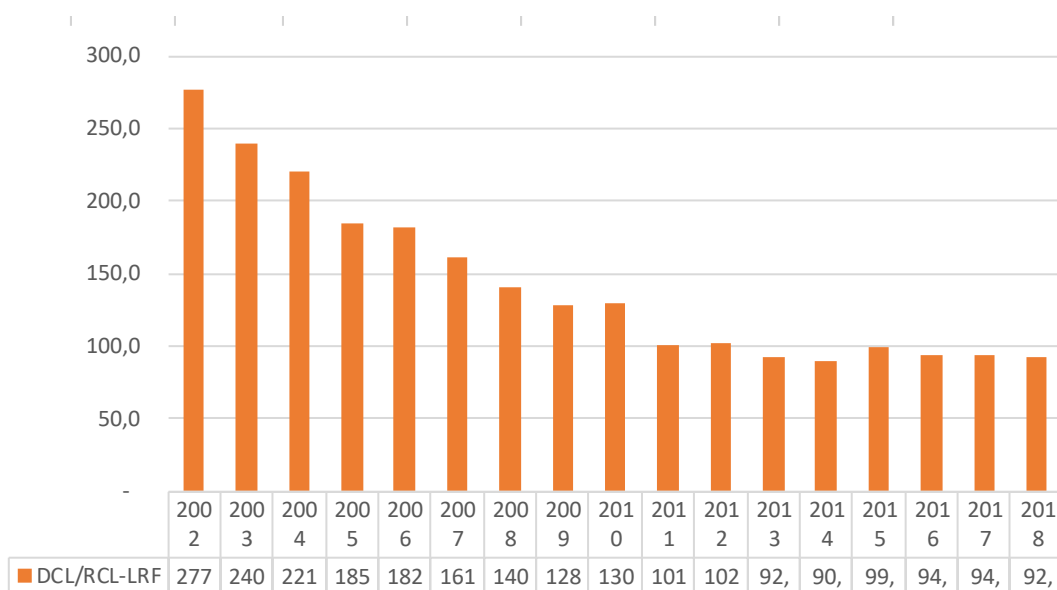
Tabela 2.1. Indicadores financeiros do Estado de Goiás, 2002-2018, em % da RCL(*)																		
INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Previdência	21,5	18,0	16,9	17,0	18,4	17,7	16,3	17,8	11,9	16,4	17,7	14,9	15,6	17,9	17,7	18,9	22,9	17,5
Contrib.servidores	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3,5	3,6	3,3	3,5	4,7	1,1
Investimentos	9,1	9,4	11,1	10,3	5,8	5,9	8,4	8,4	11,3	4,3	13,8	12,1	16,9	8,8	4,9	8,2	7,4	9,2
Margem para investir (**)	-4,3	6,3	2,9	6,0	1,9	2,9	7,3	2,1	2,5	-3,5	-1,3	-0,4	-2,1	-6,2	1,3	2,8	-0,4	1,1
ODC	27,8	30,7	29,5	28,3	23,5	24,2	25,8	26,0	25,7	24,2	28,0	26,8	26,4	28,1	29,2	28,0	29,3	27,2
Pessoal + ODC	93,1	82,8	86,3	82,9	85,5	85,8	81,7	86,1	86,8	80,5	87,1	85,7	86,5	91,4	88,9	88,7	91,7	86,6
Pessoal e enc.sociais	65,2	52,1	56,8	54,5	62,0	61,6	55,9	60,1	61,1	56,3	59,0	58,9	60,1	63,3	59,8	60,7	62,4	59,4
Receitas de capital	11,9	5,7	4,4	3,2	3,0	1,7	2,7	3,4	2,7	14,1	12,7	9,2	11,3	4,5	0,5	3,0	1,8	5,6
Res.orçamentário	-1,6	2,6	-3,7	-1,1	-0,9	-1,3	1,6	-2,9	-6,1	6,3	-2,4	-3,3	-7,7	-10,5	-3,1	-2,3	-6,0	2,5
Resultado primário	8,0	11,5	5,7	8,2	10,7	9,1	12,2	8,3	2,0	15,2	6,8	3,5	-3,9	0,0	5,2	3,4	4,6	6,5
Serviço da dívida	11,3	10,9	10,7	11,1	12,6	11,3	11,0	11,8	10,7	23,0	14,2	14,6	15,6	14,7	9,7	8,4	8,7	12,4
DCL/RCL-LRF	277,0%	240,0%	221,0%	185,0%	182,0%	161,0%	140,0%	128,0%	130,0%	101,0%	102,0%	92,0%	90,0%	99,0%	94,0%	94,0%	92,2%	
Fonte: Até 2009 - STN Exec.orçamentária dos estados . A contar de 2011 - Levantamento juntos aos RREOs e aos Relatórios de Gestão Fiscal.														nd= não houve levantamento na ocasião				
Nota: Entre os estados há critérios diferentes de classificação entre o que seja despesa com pessoal e ODC.																		
(*) RCL gerencial = Rceitas corrente deduzida das perdas do Fundeb -transferências constitucionais e legais aos municípios.																		
(**) RCL menos despesa de pessoal, ODC e serviços da dívida. (Goiás - Indicadores financeiros/planiha2/c7).																		

Esse bom superávit primário até 2011 contribuiu para a queda do saldo devedor da dívida em relação à RCL. No entanto, a partir de 2011 o saldo devedor da dívida praticamente se estabilizou quando o resultado primário passou a cair. Duas causas também contribuíram para isso: a redução do crescimento da RCL e o aumento das operações de crédito, que no período 2011-2014 alcançou o montante **de R\$ 6,6 bilhões, numa média de 11,1% da RCL** (tabela 2..2).

Tabela 2.2. Operação de crédito 2011-2014			
R\$ 1.000,00 correntes			
Anos	Operações de crédito	RCL (gerencial)	OC/RCL
2011	1.760.436	13.026.430	13,5%
2012	1.725.416	14.516.490	11,9%
2013	1.344.450	15.767.711	8,5%
2014	1.796.665	17.241.287	10,4%
Totais	6.626.967	-	11,1%
Fonte: Levantamentos juntos aos RREOs.			
Obs: Integram as receitas de capital.			
(Goiás Indicadores financeiros/plan.2/I-30).			

Nesse período houve incentivo federal para a tomada de operações de crédito, que acabaram aumentando o endividamento dos estados. No caso de Goiás, embora não aumentasse o endividamento, foi quebrado o ritmo de redução do saldo devedor da dívida que vinha ocorrendo há muitos anos, além de aumentar o serviço da dívida, conforme já referido.

Gráfico 2.5. Dívida consolidada líquida (DCL) em % da RCL



http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento

até 2015. Após /Relatório de Gestão Fiscal dos Estados.

(Goiás - indicadores financeiros/planilha 2/D114)

Um aspecto a destacar é que não contando com os demais dados patrimoniais, não dá par saber se, além da dívida fundada (que é mais ampla no conceito da LRF), não existem passivos não considerados por ela, como acontece no Estado do RS, com o **uso do caixa único e dos depósitos judiciais**.

c) Despesa com pessoal mais ODC

Conforme citado na Introdução, as duplas contagens e a troca de grupo de registro da despesa, em alguns estados, tornaram difícil a análise da despesa com pessoal de forma isolada (não agregada às ODC).

Além disso, a despesa com pessoal e encargos sociais não é analítica, de forma a identificar pessoal ativo, inativo e pensionistas. Esses últimos constam como despesa com previdência em demonstrativo próprio nos RREOs. No entanto, a diferença entre a despesa total com pessoal e a despesa com previdência não pode ser considerada pessoal ativo, porque essa diferença

contém outros itens que podem ter origem tanto nos servidores ativos, como nos inativos e pensionistas, como despesas de exercícios anteriores, sentença judiciais, etc.

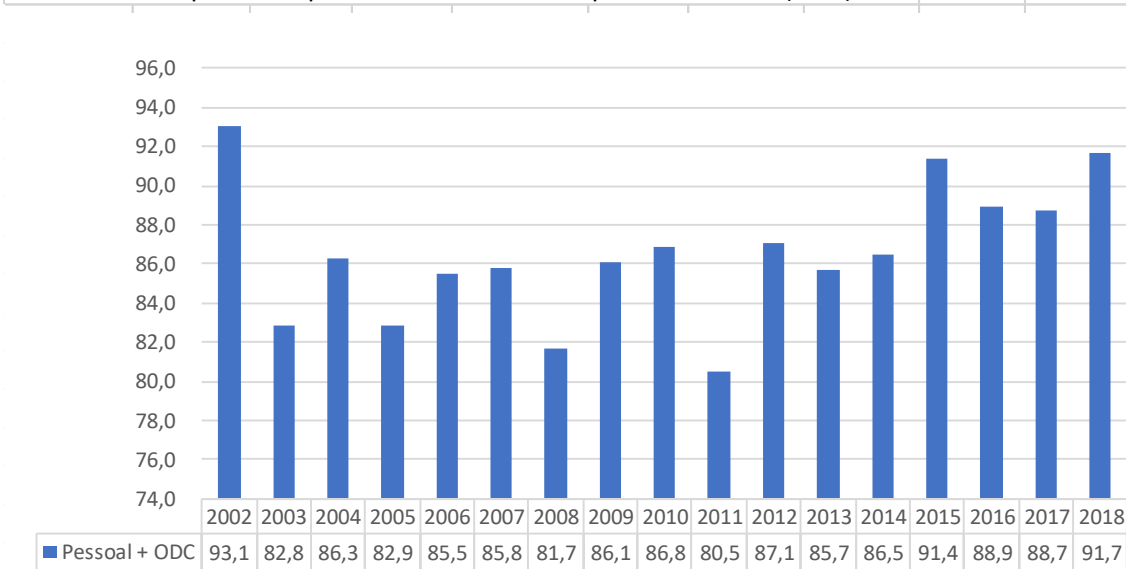
Por isso, consideramos a despesa com pessoal mais outras despesas correntes (ODC), que se trata da **despesa corrente não financeira**, cuja participação na RCL no período em causa está na o gráfico 2.6, seguinte.

A partir de 2011, com pequenas oscilações anuais, esse indicador foi crescente, atingindo 91,7% em 2018. Em todo o período, ele atingiu uma média de 86,6% da RCL. Se a soma dos investimentos com o serviço da dívida alcançou 21,6%, o total da despesa vai a 108,6%, um enorme desequilíbrio (tabela 2.1).

Então, quando é despendido quase 92% com despesa corrente não financeira, o que resta não paga nem o serviço da dívida, necessitando obter empréstimos para financiar grande parte do serviço da dívida e investimentos.

O grande problema dos estados é que **sua maior despesa, a despesa com a folha de pagamentos**, continua crescendo mesmo quando reduz o crescimento da receita ..Com isso surgem os déficits, que são de difícil redução ou eliminação, devido **à rigidez da despesa citada**. Além disso, nem sempre os governos agem com responsabilidade fiscal no tocante ao assunto. Preferem a demagogia eleitoreira aos reais interesses públicos.

Gráfico 2.6. Despesa com pessoal mais Outras despesas correntes (ODC)



Fonte: Até 2010 - STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(Goiás - indicadores financeiros/planilha 2/e140)

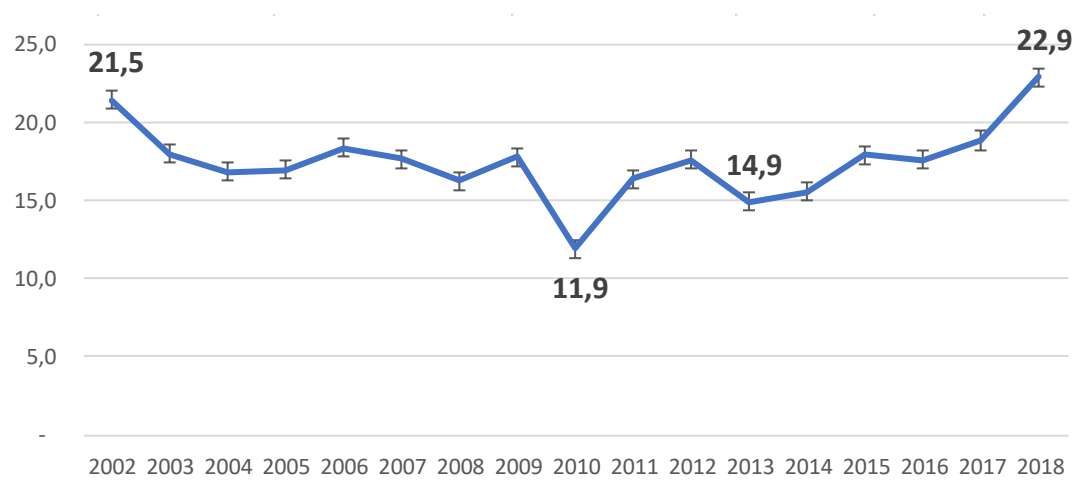
c.1.) Despesa com previdência

A despesa com previdência contribui muito para o alto gasto com pessoal, correspondendo uma média de 22,9% da RCL. O que preocupa não é a média do período, mas o grande crescimento a partir de 2013, quando passou de 14,9% da RCL para 22,9% em 2018, atingindo 9% ao ano, em termos reais. Se compararmos com 2010 o percentual de 2018 dobrou.

A despesa com previdência em relação à RCL foi declinante até 2010, passando a crescer após, alcançando 22,9% da RCL. Esse comportamento está no gráfico 2.7. Nesse período houve muitas oscilações da RCL, que cresceu muito até 2014, mas após 2015 cresceu apenas 0,5%.

O gráfico 2.7.1 mostra o crescimento real da despesa com previdência, independente da RCL, que foi de 5,6% em todo o período analisado, superando o crescimento da RCL, de 5,2%. O problema agravou-se no período 2015-2018, quando a RCL cresceu em média apenas 0,5% enquanto a despesa com previdência cresceu 10,7%, gerando um enorme desequilíbrio.

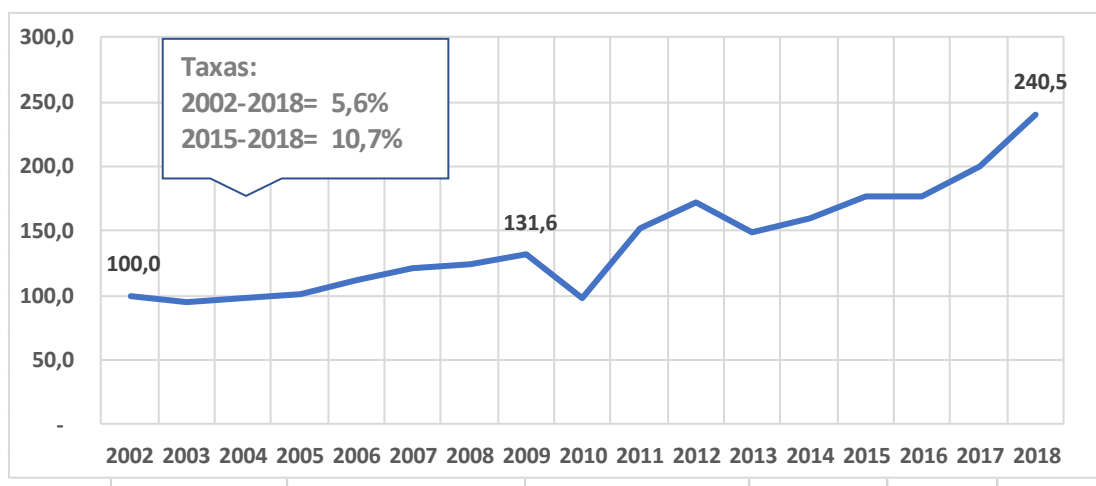
Gráfico 2.7. Despesa com previdência em % da RCL, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(Goiás - indicadores financeiros/planilha 2/H163)

Gráfico 2.7.1. Crescimento real da despesa do previdência, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(Goiás - indicadores financeiros/planilha 2/H212)

d) Resultado orçamentário e receitas de capital

Ao longo do período 2002-2018, em 17 anos, em todos os anos, houve déficit orçamentário, num total de R\$ 8,4 bilhões ou 2,7% da RCL. Parece pouco, mas

devemos levar em consideração que nesse mesmo período, o total das receitas de capital (basicamente operações de crédito) alcançou R\$ 16,8 bilhões. Se excluirmos essas receitas de capital (receitas extras), o déficit orçamentário, atinge R\$ 25,2 bilhões, ou 8,6% da RCL. As operações de crédito reduzem o déficit orçamentário, mas aumentam o endividamento e o serviço da dívida futuro. Deve ser destacado que os recursos das operações de crédito foram canalizados pra investimentos, dos quais financiaram mais de 60%. Mesmo sendo aplicados todos os recursos em investimentos não deixa de indicar a situação deficitária do Estado (tabela 2.3).

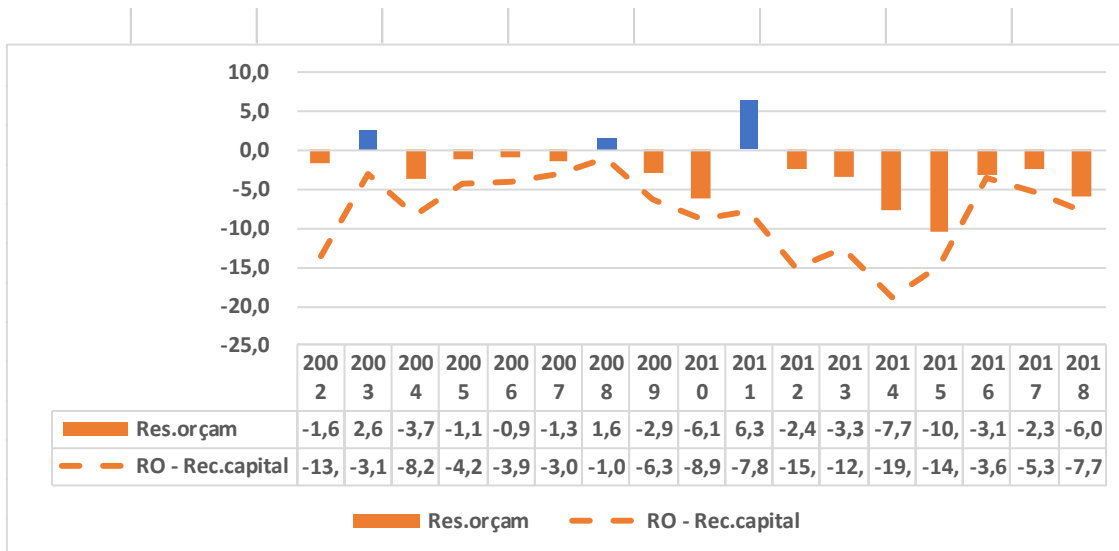
Tabela 2.3. Resultado orçamentário e receitas de capital, 2002-2018						
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio anual).						
ANO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RCL - %	RECEITAS DE CAPITAL *	R.ORÇAM. MAIS RECEITAS CAPITAL	RCL - %	
	1		2	3=1-2		
2002	-158,0	-1,6%	1.179,9	-1.337,9	-13,5%	
2003	285,3	2,6%	631,6	-346,3	-3,1%	
2004	-462,5	-3,7%	549,3	-1.011,9	-8,2%	
2005	-135,0	-1,1%	402,4	-537,4	-4,2%	
2006	-118,0	-0,9%	394,8	-512,8	-3,9%	
2007	-194,7	-1,3%	242,4	-437,1	-3,0%	
2008	267,0	1,6%	432,8	-165,8	-1,0%	
2009	-458,7	-2,9%	530,7	-989,4	-6,3%	
2010	-1.077,5	-6,1%	477,8	-1.555,2	-8,9%	
2011	1.245,8	6,3%	2.777,2	-1.531,4	-7,8%	
2012	-504,1	-2,4%	2.645,5	-3.149,7	-15,1%	
2013	-711,6	-3,3%	1.953,8	-2.665,4	-12,5%	
2014	-1.688,7	-7,7%	2.472,7	-4.161,4	-19,0%	
2015	-2.198,6	-10,5%	938,2	-3.136,7	-14,9%	
2016	-661,3	-3,1%	116,1	-777,4	-3,6%	
2017	-521,8	-2,3%	687,0	-1.208,8	-5,3%	
2018	-1.340,8	-6,0%	392,5	-1.733,3	-7,7%	
TOTAIS	-8.432,0	-2,7%	16.826,7	-25.257,7	-8,6%	
Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.						
(*) Basicamente operações de crédito.			(Goiás - Indicadores financeiros/planilha 4/D-27).			

O gráfico 2.8 mostra a dimensão do déficit orçamentário não fossem as receitas de capital (basicamente operações de crédito) É evidente que elas foram aplicadas em investimentos, conforme já citado. Mas esse nível de investimentos só foi possível com essas operações de crédito.

Deve se salientado, ainda, que se não fosse o acordo da dívida de 2016, os déficits orçamentários no triênio 2016 a 2018 teriam sido em torno **de 5 a 6 pontos percentuais maior** do que foram.

2.8. Resultado orçamentário com sem as receitas de capital, 2002-2018

Em % da RCL



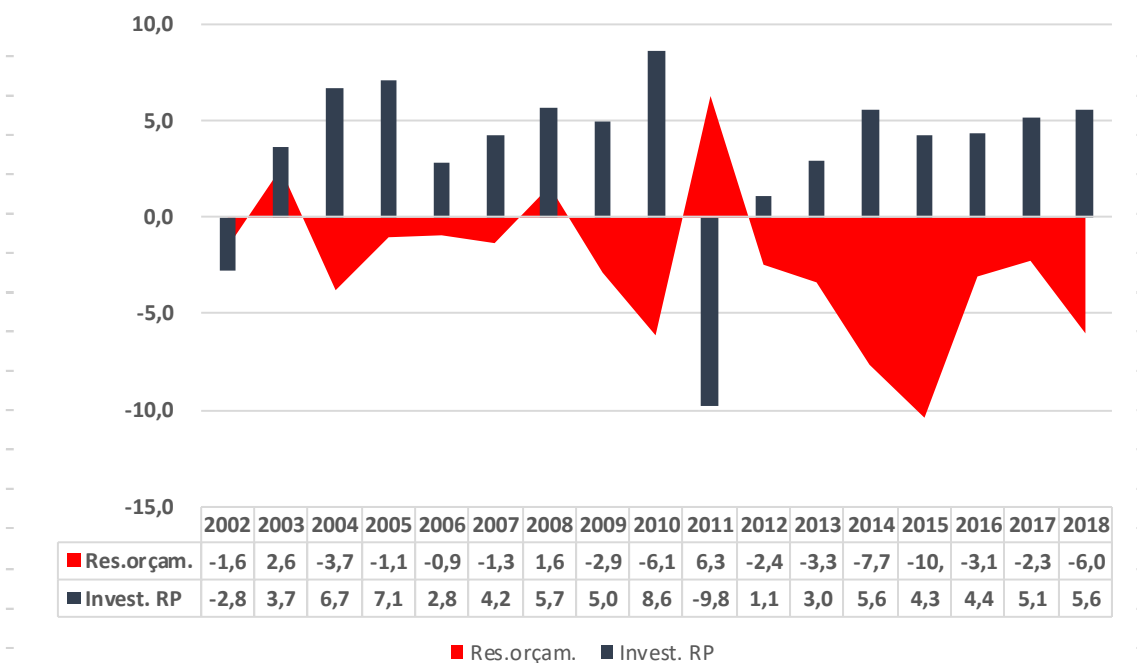
Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados. (Goiás indicativos financeiros/planilha4/P33).

A tabela 2.4 e o gráfico 2.9 mostram que houve um aumento dos déficits a partir de 2010 (exceto em 2011, devido a grande operação de crédito naquele ano) e esses déficits foram maiores, mesmo com um nível **menor de investimentos com recursos próprios**, confirmando a queda e a redução da margem para investir (gráfico 2.3, anterior).

Tabela 2.4. Investimentos e investimento com recursos próprios, 2002-2018							
Em R\$ milhões constantes de 2018 (Pelo IPCA médio anual)							
ANOS	INVESTIMENTOS	RECEITAS DE	INVESTIM.C/	EM % DA RCL			
		CAPITAL *	REC.PRÓPRIOS	INVESTIM.	RECEITAS DE	INVESTIM.C/	
	1	2	3=1-2		CAPITAL	REC.PRÓPRIOS	
2002	906,9	1.179,9	- 273,1	9%	12%	-2,8%	
2003	1.043,4	631,6	411,8	9%	6%	3,7%	
2004	1.375,1	549,3	825,7	11%	4%	6,7%	
2005	1.303,8	402,4	901,4	10%	3%	7,1%	
2006	759,2	394,8	364,3	6%	3%	2,8%	
2007	857,3	242,4	614,9	6%	2%	4,2%	
2008	1.358,4	432,8	925,6	8%	3%	5,7%	
2009	1.317,8	530,7	787,1	8%	3%	5,0%	
2010	1.989,8	477,8	1.512,0	11%	3%	8,6%	
2011	841,5	2.777,2	- 1.935,7	4%	14%	-9,8%	
2012	2.878,7	2.645,5	233,2	14%	13%	1,1%	
2013	2.588,5	1.953,8	634,7	12%	9%	3,0%	
2014	3.702,2	2.472,7	1.229,5	17%	11%	5,6%	
2015	1.843,3	938,2	905,1	9%	4%	4,3%	
2016	1.056,9	116,1	940,8	5%	1%	4,4%	
2017	1.847,6	687,0	1.160,6	8%	3%	5,1%	
2018	1.653,3	392,5	1.260,8	7%	2%	5,6%	
TOTAL	27.323,4	16.824,7	10.498,7	9,2%	5,6%	3,6%	

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.
 (*) Basicamente operações de crédito.
 (Goiás - Indicadores financeiros/planilha 4/D-83).

Gráfico 2.9. Resultado orçamentário e investimentos com recursos próprios, 2002-2018
 Em R\$ bilhões constantes de 2018.



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.
 (Goiás - Indicadores financeiros/planilha 4/S-65).

3. Estado de Goiás no “ranking” nacional

A tabela 3.1 traz a posição do Estado de Goiás no “rank” nacional em alguns indicadores financeiros selecionados. Esses indicadores foram classificados em **diretos e indiretos**.

São **indicadores diretos** aqueles cujo maior percentual em relação à RCL indica uma **situação melhor**. É o caso dos resultados orçamentário e do primário e da margem para investir.

São **indicadores indiretos** aqueles cujo maior participação na RCL indica uma **situação pior**. É o caso das despesas.

A tabela 3.1 sintetiza a tabela A do Anexo de tabelas do que passamos a tratar.

Tabela 3.1. Estado de Goiás no "ranking" nacional, em 2018

INDICADORES	RCL - %	Posição <i>Ranking</i>	Média Estados
INDICADORES DIRETOS			
Investimentos	7,4	14	8,1
Resultado orçamentário	-6,0	23	-1,3
Resultado primário	4,6	9	2,9
Margem para investir	-0,4	23	3,0
Cresc.real da RCL	5,2	4	4,0
INDICADORES INDIRETOS			
DCL/RCL *	94,0%	6	69,3%
Pessoal e enc.sociais	62,4	12	62,4
Pessoal + ODC	91,7	13	91,1
Previdência	22,9	12	20,6
Serviço da dívida	8,7	4	5,9

Fonte: Tabela A do Anexo * RCI da LRF, no caso.

Dos cinco **indicadores diretos**, o Estado de Goiás possui três abaixo da média nacional. São eles: investimentos, resultado orçamentário e margem para investir.

Dos cinco **indicadores indiretos** o Estado de Goiás possui quatro piores que a média nacional. São eles: endividamento, pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira), previdência e serviço da dívida.

Conclusão

O Estado de Goiás apresentou no período 2002-2018 o quarto maior crescimento da receita corrente líquida (RCL) no País, ou seja, 5,2% em termos reais, sendo 6,8% no período 2002-2014 e de apenas 0,5% no período 2015-2018. A média e a mediana nacionais foram 4% no período citado de 2002-2018.

Apesar desse alto crescimento, nem mesmo na parte do período em que ele foi maior (2002-2014), houve uma boa margem para investir, que foi negativa de 4,3% em 2002, e, nos anos 2003 a 2008, foi pouco mais da metade da taxa dos investimentos (4,6% para 8,5%). A partir de 2009, ela (a margem) começou a declinar, atingindo a média de apenas 0,5% no período 2009 - 2018, período em que a média dos investimentos foi de 9,6%.

Para fazer investimentos que continuaram altos, o Estado fez uso de mais endividamento, que, aliado à redução do resultado primário a partir de 2011, implicou a estagnação do saldo devedor da dívida na faixa de pouco mais de 90% da RCL, ele que caiu de 277% em 2002 e de 352% em 1997 (FIPE, p.22).

A outra implicação desse endividamento foi o aumento do serviço da dívida para patamares quase insustentáveis, especialmente no período 2011-2015, acima de 16% da RCL, quando o resultado primário foi pouco mais de 4%. A redução no último triênio se deveu ao acordo dos estados com a União, em obediência às leis complementares n°s 148 e 151/2015.

Contribuiu, sobremaneira, para a queda do resultado primário o aumento da despesa corrente não financeira _ pessoal mais ODC _ que passou a representar mais de 85% da RCL, superando em dois anos 91%. Com isso, o pagamento do serviço da dívida e os investimentos só puderam ser feitos com altos déficits ou endividamento.

Outro fator a destacar é o crescimento da **despesa previdenciária**, que cresceu no período 2002-2018 5,6%, mais que a RCL (5,2%). O mais grave é que no período 2015-2018, enquanto a RCL cresceu 0,5% ao ano, seu crescimento foi de 10,7%.

O resultado orçamentário, deficitário na maioria dos anos, só não foi pior pelo alto montante de operações de crédito que, sem elas, teria muito mais expressivo em alguns anos, especialmente no triênio 2012-2015, quando também foram feitos altos investimentos. Ainda no triênio 2016-2018 ele teria sido em torno **de 5 e 6 pontos percentuais menor** (déficit maior), não fosse o novo acordo da dívida da União como os estados.

A partir de 2011, os déficits cresceram muito e também os investimentos. No entanto, os déficits cresceram muito mais do que os investimentos com recursos próprios, conforme está expresso no gráfico 2.9.

Concluindo, vamos ver que o Estado de Goiás em 2018, apesar ter ficado em quarto lugar no País no crescimento da RCL, nos demais nove indicadores, em sete ficou abaixo da média nacional, como destaque para a margem de investir e o resultado orçamentário, ambos negativos. Este último teria sido muito pior, não fosse o acordo da dívida de 2016.

A crise de anos por que vinha passando o Estado de Goiás apresentou uma leve melhora até 2008 para piorar daí em diante. No último triênio houve leve recuperação, apesar da crise, mas muito aquém do desejável.

Porto Alegre, 24 de junho de 2019

Referências Bibliográficas

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Estudo do Endividamento do Estado de Goiás (1999-2009). Goiânia – GO, 2010.

STN – Execução Orçamentária dos Estados, 2002-2009. Dados retirados dos “site”

Estados – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal, 2010 -2018. Dados retirados dos “sites”.

SANTOS – Darcy Francisco Carvalho dos . Estados brasileiros em 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em:

<http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>.

SANTOS. Darcy Francisco Carvalho dos Santos. O Rio grande tem saída? Editora Age, 2014. Porto Alegre-RS.

ANEXO DE TABELAS

ANEXO DE TABELAS

Tabela A. Indicadores financeiros dos estados em 2018, em proporção da Recetia corrente líquida - RCL (*)

INDICADORES INDIRETOS												INDICADORES DIRETOS									
Or-dem	UF	ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR - Situação pior.									ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR: situação melhor										
		Pessoal e			Pessoal+		Previdência				Investi-		Resultado		Resultado		Margem p/		Receitas		
	DCL/RCL	Pos.	Enc.sociais	Pos.	ODC **	Pos.	(bruta)	Pos.	S.divida	Pos.	mentos	Pos.	orçam.	Pos.	primário	Pos.	investir	Pos.	capital	Pos.	
1	AC	73,0%	8	67,2	5	90,7	16	17,3	21	8,0	5	8,6	13	-0,9	14	1,4	18	1,3	18	6,38	3
2	AL	103,0%	5	61,7	15	86,1	22	23,3	10	7,7	6	11,8	4	-3,8	21	7,6	5	6,1	7	1,84	22
3	AM	41,0%	17	50,6	27	87,1	21	10,2	23	5,7	14	9,5	10	2,8	6	4,0	10	7,1	6	5,10	7
4	AP	14,0%	25	55,7	23	77,0	27	2,7	25	5,0	17	4,0	25	13,9	1	-3,6	26	17,9	1	-	27
5	BA	56,0%	11	60,5	17	92,6	10	22,4	13	4,7	18	9,2	12	-2,6	18	0,0	23	2,7	14	3,95	11
6	CE	44,0%	15	55,5	24	88,5	20	19,8	16	6,9	8	15,4	1	-3,4	20	2,5	14	4,6	10	7,43	2
7	DF	30,0%	21	59,2	20	96,6	5	19,4	18	2,6	26	5,4	20	-0,3	13	-1,7	25	0,9	19	4,21	10
8	ES	26,0%	24	51,8	26	82,1	25	19,6	17	4,4	19	10,9	6	3,5	4	6,1	6	13,5	3	0,89	26
9	GO	94,0%	6	62,4	12	91,7	13	22,9	12	8,7	4	7,4	14	-6,0	23	4,6	9	-0,4	23	1,75	23
10	MA	42,0%	16	65,6	8	100,7	2	16,4	22	6,8	9	10,3	7	-11,8	26	1,4	19	-7,5	26	5,98	4
11	MG	203,0%	3	82,2	1	104,2	1	39,6	1	12,7	1	3,2	26	-19,2	27	2,4	15	-16,9	27	0,98	25
12	MS	78,0%	7	66,9	6	91,7	14	24,4	7	5,3	16	11,5	5	1,0	8	4,8	8	3,0	13	9,48	1
13	MT	41,0%	18	73,3	2	94,4	8	23,3	11	5,8	13	6,1	18	-2,5	17	7,9	4	-0,1	21	3,72	14
14	PA	9,0%	26	61,9	14	91,6	15	17,7	20	2,7	25	13,1	2	-3,0	19	-7,9	27	5,8	9	4,37	8
15	PB	30,0%	22	56,7	22	90,6	17	20,4	15	3,5	21	7,0	15	2,0	7	2,4	16	5,8	8	3,15	17
16	PE	58,0%	10	61,4	16	91,9	12	23,6	9	6,2	12	6,0	19	0,1	12	3,5	11	1,8	16	4,27	9
17	PI	45,0%	14	59,5	19	93,2	9	19,4	19	4,4	20	9,5	9	-1,2	15	-1,5	24	2,5	15	5,85	5
18	PR	29,3%	23	64,4	9	89,2	19	24,1	8	3,3	23	9,3	11	0,4	11	0,0	22	7,5	5	2,23	20
19	RJ	232,0%	1	65,9	7	97,4	3	31,3	4	1,0	27	2,6	27	4,4	3	3,3	12	1,7	17	5,33	6
20	RN	8,0%	27	62,7	11	81,9	26	35,2	3	2,9	24	13,0	3	6,0	2	5,0	7	15,2	2	3,79	12
21	RO	50,0%	12	57,2	21	85,9	23	8,7	24	3,5	22	10,2	8	3,0	5	2,8	13	10,6	4	2,59	18
22	RR	35,0%	19	59,6	18	89,8	18	1,2	27	6,6	10	5,2	22	0,6	9	11,0	1	3,7	12	2,10	21
23	RS	213,0%	2	71,8	3	96,0	6	38,8	2	9,8	3	4,3	24	-6,8	25	2,0	17	-5,8	25	3,35	16
24	SC	50,0%	13	62,4	13	92,2	11	26,7	5	7,6	7	6,5	17	-5,0	22	1,2	20	0,2	20	1,21	24
25	SE	60,0%	9	63,2	10	94,5	7	24,5	6	5,6	15	5,2	21	-1,6	16	0,9	21	-0,2	22	3,79	13
26	SP	175,0%	4	53,9	25	85,3	24	20,8	14	10,6	2	7,0	16	0,6	10	8,5	2	4,1	11	3,50	15
27	TO	33,0%	20	71,4	4	97,1	4	2,0	26	6,4	11	5,2	23	-6,2	24	8,4	3	-3,5	24	2,38	19
Média		69,3%		62,4		91,1		20,6		5,9		8,1		-1,3		2,9		3,0		3,7	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

(*) RCL: gerencial. Diferença entre receitas correntes e transferências aos municípios, incluídas (***) Outras despesas correntes.

(Goiás - indicadores financeiros/Planilha 3)

Tabela B do Anexo. RCL dos estados, 2002 - 2018																		
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio).																		
UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa anal
AC	2.672,9	2.454,5	2.592,1	3.065,5	-	3.615,2	4.075,8	4.341,9	4.482,8	4.685,6	4.902,7	5.207,7	5.684,0	4.825,4	4.976,4	4.865,5	5.138,3	4,2
AL	4.555,7	4.429,7	4.893,7	5.136,0	5.415,1	6.079,0	6.450,0	6.265,7	6.693,2	7.129,7	7.104,5	7.252,2	7.578,9	7.339,8	8.443,9	7.738,2	8.289,5	3,8
AM	7.807,9	7.097,0	8.105,2	8.650,5	9.040,0	9.967,0	11.315,2	10.366,0	11.954,3	12.886,3	14.174,6	14.309,1	14.420,6	13.179,2	13.166,3	12.896,3	14.040,2	3,7
AP	2.298,3	2.186,8	2.620,8	2.968,9	3.216,3	3.622,5	4.147,3	3.659,1	4.134,6	4.347,1	5.091,4	4.591,0	5.423,3	2.484,9	4.420,1	-	4.905,6	4,9
BA	20.520,0	20.347,3	22.935,1	23.867,1	25.551,5	25.162,2	26.980,3	26.760,7	30.262,8	31.504,9	33.637,8	34.037,5	35.679,9	34.562,3	33.859,7	33.993,7	35.020,5	3,4
CE	12.453,6	11.910,7	12.262,9	13.196,2	12.808,2	15.295,3	17.575,8	17.916,5	19.733,4	20.855,0	19.425,6	18.751,6	19.004,6	18.347,6	19.790,1	19.119,1	19.968,6	3,0
DF	18.665,2	11.750,3	12.565,0	13.685,5	14.955,7	15.982,2	17.822,7	18.209,4	19.437,5	20.251,5	21.169,5	21.997,8	22.785,5	29.306,8	27.542,3	21.515,2	21.887,9	1,0
ES	7.654,4	8.589,4	10.090,3	11.742,5	12.365,1	13.772,2	14.012,2	12.912,9	13.653,3	15.165,5	16.061,7	14.692,9	15.451,4	14.381,1	13.155,6	13.041,4	13.942,2	3,8
GO	9.915,2	11.145,0	12.345,5	12.711,1	13.046,5	14.598,5	16.230,0	15.734,6	17.552,6	19.713,0	20.841,7	21.315,7	21.920,6	21.022,4	21.363,7	22.624,6	22.374,4	5,2
MA	7.983,0	7.097,2	6.874,4	7.939,1	8.625,5	9.749,7	10.920,5	10.917,8	11.406,7	12.630,7	13.649,6	12.805,9	13.437,1	13.111,0	13.912,4	13.546,6	13.905,1	3,5
MG	31.978,7	34.687,1	37.003,6	40.782,0	44.290,5	48.416,3	55.700,9	50.580,2	54.888,1	57.563,8	58.750,7	59.278,2	61.442,0	60.607,6	57.045,4	57.157,9	58.602,7	3,9
MS	5.098,2	5.473,9	6.347,9	6.160,0	6.892,4	7.565,5	8.711,2	8.415,9	8.795,1	9.474,6	9.887,3	10.128,1	10.732,8	10.128,6	10.514,8	10.570,9	11.540,1	5,2
MT	6.153,5	7.398,9	8.354,3	8.921,6	9.012,4	9.983,2	11.152,0	11.144,8	11.940,5	12.337,5	13.324,4	13.685,9	14.393,8	14.145,8	15.057,9	15.286,2	15.950,3	6,1
PA	8.773,2	8.456,2	9.289,8	10.006,8	11.120,4	12.084,5	13.839,1	13.916,6	15.087,9	16.189,5	18.738,4	18.540,1	19.795,7	20.124,9	19.746,0	19.185,6	19.547,0	5,1
PB	5.313,4	5.348,1	5.423,6	6.609,0	7.209,6	7.648,1	8.111,8	8.258,6	8.585,2	9.449,7	9.409,4	9.931,3	10.210,7	9.652,1	9.820,2	9.773,5	9.916,1	4,0
PE	13.969,8	12.910,9	14.394,5	16.325,8	15.005,5	16.113,1	18.368,4	18.553,3	20.982,8	22.927,1	23.415,7	24.251,8	24.605,8	24.009,6	23.309,6	23.436,3	24.296,5	3,5
PI	3.941,5	3.371,9	4.189,3	4.996,1	5.433,5	5.756,1	7.036,7	7.069,0	7.579,1	7.942,1	8.306,7	8.132,5	8.227,3	8.032,5	8.456,6	8.670,7	9.069,0	5,3
PR	20.331,9	19.593,3	20.388,1	21.443,8	22.557,1	23.811,9	26.202,0	26.230,9	27.892,8	29.973,4	31.253,6	35.930,0	37.571,0	38.716,3	38.387,3	39.659,9	39.194,3	4,2
RJ	40.573,4	47.349,8	50.718,9	51.614,9	56.007,1	56.072,3	63.063,2	56.173,4	63.867,6	67.765,6	66.956,4	65.550,5	60.502,7	59.935,5	49.649,6	54.197,7	60.371,9	2,5
RN	5.503,7	5.230,7	5.932,4	6.763,5	7.487,2	7.695,3	8.463,2	8.447,3	9.238,0	9.361,7	10.058,4	10.284,0	10.335,8	11.273,6	9.629,0	9.830,7	9.687,1	3,6
RO	3.381,1	3.419,9	3.842,8	4.425,9	4.521,4	4.952,6	5.869,6	5.618,3	6.198,2	7.142,1	7.129,6	6.814,2	7.321,7	7.034,0	7.194,4	6.954,0	7.273,2	4,9
RR	1.939,7	1.661,6	1.747,2	2.158,4	2.379,8	2.509,9	3.264,9	2.809,8	2.940,6	3.740,0	3.355,9	3.436,8	3.646,2	3.401,6	3.698,1	3.404,0	3.611,0	4,0
RS	24.770,9	25.307,0	24.842,8	26.354,7	27.569,9	28.306,0	31.526,6	31.624,8	35.452,2	34.898,8	35.373,7	38.091,5	38.484,3	36.730,7	39.113,4	38.676,3	40.468,2	3,1
SC	11.904,3	10.877,4	12.669,5	14.267,2	13.212,8	16.356,8	18.879,7	17.897,2	19.805,0	21.564,0	21.607,8	22.243,2	23.507,2	23.509,6	22.896,9	22.899,8	23.708,8	4,4
SE	4.604,2	4.298,0	4.615,9	5.417,1	5.855,4	6.080,9	7.001,2	6.876,3	8.724,2	7.628,5	7.922,6	7.872,9	7.989,3	7.665,8	7.587,7	7.401,0	7.635,8	3,2
SP	106.709,7	102.388,6	110.028,7	118.116,4	129.343,6	135.917,4	149.353,4	150.774,6	166.550,5	168.737,6	171.781,5	180.433,6	178.102,6	169.285,0	155.842,8	162.418,2	164.335,5	2,7
TO	3.788,3	3.639,3	3.843,8	4.676,1	4.821,1	5.334,6	6.232,2	5.925,2	6.508,6	7.181,9	7.491,7	7.508,5	8.087,3	7.693,0	8.949,9	7.748,0	7.417,4	4,3
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.																		4,0
(Goiás - indicadores financeiros/RCL dos estados)																		

Anexo de tabelas											
Tabela C - Estado de Goiás - principais variáveis financeiras, 2002-2018											
Em R\$ milhões correntes											
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.ampl	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital
2002	3.739,8	803,9	-	342,1	1.040,9	2.439,4	422,1	-59,6	298,6	-162,6	445,1
2003	4.822,3	869,1	-	451,4	1.481,6	2.513,3	525,8	123,4	552,2	301,6	273,3
2004	5.694,1	961,3	-	634,2	1.678,3	3.236,5	611,8	-213,3	324,1	167,5	253,4
2005	6.265,5	1.063,8	-	642,7	1.775,7	3.416,4	695,6	-66,5	512,1	377,8	198,4
2006	6.699,9	1.234,1	-	389,9	1.575,3	4.151,0	847,1	-60,6	718,8	126,5	202,8
2007	7.769,9	1.375,9	-	456,3	1.881,2	4.786,1	879,0	-103,6	709,7	223,6	129,0
2008	9.128,7	1.484,2	-	764,1	2.355,2	5.098,5	1.004,2	150,2	1.112,0	670,8	243,4
2009	9.282,7	1.654,9	-	777,5	2.409,2	5.580,1	1.099,6	-270,6	769,8	193,8	313,1
2010	10.877,0	1.299,4	-	1.233,0	2.799,8	6.646,4	1.161,5	-667,7	212,6	269,3	296,1
2011	13.026,4	2.137,2	-	556,0	3.150,4	7.337,2	2.994,8	823,2	1.974,2	-455,9	1.835,2
2012	14.516,5	2.564,2	-	2.005,0	4.071,6	8.566,4	2.067,2	-351,1	987,8	-188,7	1.842,6
2013	15.767,7	2.355,1	-	1.914,8	4.226,3	9.294,2	2.304,1	-526,4	548,0	-56,8	1.445,3
2014	17.241,5	2.684,3	-	2.911,9	4.557,1	10.356,8	2.688,9	-1.328,3	-680,6	-361,2	1.944,9
2015	18.028,1	3.234,5	653,2	1.580,7	5.065,9	11.418,0	2.653,4	-1.885,4	6,6	-1.109,2	804,5
2016	19.921,9	3.518,3	657,0	985,6	5.816,0	11.903,7	1.941,4	-616,6	1.040,3	260,7	108,3
2017	21.824,7	4.119,2	767,8	1.782,3	6.118,9	13.250,1	1.839,5	-503,4	739,6	616,2	662,7
2018	22.374,4	5.126,4	1.045,2	1.653,3	6.546,1	13.967,1	1.941,2	-1.340,8	1.030,8	-80,0	392,5
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.											
(Goiás - indicadores financeiros/Planilha 5)											

Anexo de tabelas											
Tabela D - Estado de Goiás - principais variáveis financeiras, 2002-2018											
Em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA médio anual).											
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.ampl	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital
2002	9.915,2	2.131,2	-	906,9	2.759,7	6.467,3	1.119,2	-158,0	791,8	-431,1	1.179,9
2003	11.145,0	2.008,5	-	1.043,4	3.424,2	5.808,6	1.215,1	285,3	1.276,2	697,1	631,6
2004	12.345,5	2.084,2	-	1.375,1	3.638,8	7.017,1	1.326,4	-462,5	702,6	363,2	549,3
2005	12.711,1	2.158,3	-	1.303,8	3.602,4	6.931,0	1.411,3	-135,0	1.039,0	766,4	402,4
2006	13.046,5	2.403,2	-	759,2	3.067,5	8.083,1	1.649,5	-118,0	1.399,8	246,3	394,8
2007	14.598,5	2.585,1	-	857,3	3.534,5	8.992,4	1.651,5	-194,7	1.333,4	420,2	242,4
2008	16.230,0	2.638,8	-	1.358,4	4.187,4	9.064,6	1.785,4	267,0	1.977,0	1.192,6	432,8
2009	15.734,6	2.805,1	-	1.317,8	4.083,8	9.458,6	1.863,9	-458,7	1.304,9	328,4	530,7
2010	17.552,6	2.096,9	-	1.989,8	4.518,1	10.725,5	1.874,4	-1.077,5	343,1	434,6	477,8
2011	19.713,0	3.234,2	-	841,5	4.767,5	11.103,4	4.532,1	1.245,8	2.987,5	-689,9	2.777,2
2012	20.841,7	3.681,5	-	2.878,7	5.845,7	12.299,0	2.967,9	-504,1	1.418,2	-271,0	2.645,5
2013	21.315,7	3.183,8	-	2.588,5	5.713,3	12.564,4	3.114,8	-711,6	740,8	-76,8	1.953,8
2014	21.920,6	3.412,8	-	3.702,2	5.793,8	13.167,5	3.418,6	-1.688,7	-865,3	-459,3	2.472,7
2015	21.022,4	3.771,7	761,7	1.843,3	5.907,3	13.314,4	3.094,1	-2.198,6	7,8	-1.293,4	938,2
2016	21.363,7	3.773,0	704,6	1.056,9	6.237,0	12.765,3	2.081,9	-661,3	1.115,6	279,5	116,1
2017	22.624,6	4.270,1	796,0	1.847,6	6.343,1	13.735,6	1.907,0	-521,8	766,7	638,8	687,0
2018	22.374,4	5.126,4	1.045,2	1.653,3	6.546,1	13.967,1	1.941,2	-1.340,8	1.030,8	-80,0	392,5
Taxa	5,2%	5,6%		3,8%	5,5%	4,9%	3,5%	14,3%	1,7%	-10,0%	-6,6%
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.											
(Goiás - indicadores financeiros/Planilha 5)											